

**SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS- CIB/TO.**

1 Ata da 137ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Tocantins–
2 CIB/TO. Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e vinte um, com início
3 às oito horas e trinta minutos, foi realizada a reunião ordinária online pela ferramenta
4 Google App Meet devido a Organização Mundial de Saúde em 30 de janeiro de 2020
5 ter declarado como pandemia as infecções humanas provocadas pelo novo
6 Coronavírus (COVID-19), com as seguintes presenças - Representantes da SETAS:
7 José Messias Alves de Araújo membro titular; Halana Santos da Silva Magalhães
8 membro titular; Joelma Pereira Santiago Coelho membro suplente; Raiza Regina
9 Moura Ramos membro titular; Rosinalva da Silva Alves membro suplente; Carmem
10 Lúcia Kothe Vendramini membro titular; Maria Nagila Praigida membro suplente;
11 Sueli Tavares de Abreu membro titular; Maria Amélia Brito Araújo membro suplente;
12 Representantes do COEGEMAS: Patrícia Rodrigues do Amaral membro titular
13 representante da Capital; Deusivan Sousa dos Santos (Angico) membro titular da
14 Regional Norte I; Debora Francisca Dutra (Cristalândia) membro titular da Regional
15 Centro-Leste; Francisca Joilma Patrício Farias (Fátima) membro suplente da Regional
16 Centro-Oeste; Ana Paula Ribeiro de Andrade Oliveira (Tocantinia) membro titular da
17 Regional Centro-Leste; Levi Lopes (Lajeado) membro suplente da Regional Centro-
18 leste; Sureia Araújo da Silva Moraes (Paraná) membro suplente da Regional
19 Sudoeste; Edna Maria Braz Gomes de Almeida (Arraias) membro titular da Regional
20 Sudoeste. Convidados e observadores conforme a lista de presença: Adália
21 Damasceno Messias Alves (Filadélfia), Adriana Pereira da Costa (Tocantinópolis),
22 Aldeleia de Freitas Pereira (Santa Terezinha), Alessandra Ribeiro de Moraes
23 (Chapada da Natividade), Alírio Sérgio Mareco Batista (Augustinópolis), Ana Paula
24 Ribeiro de Andrade Oliveira (Tocantínia), Ana Paula Rodrigues de Sousa (Ananás),
25 Ana Valéria Lopes de Sousa Almeida (Aurora), Andreia Lopes Moreira (Nazaré), Anne
26 Solange Gonçalves de Oliveira Alvarenga (Angico), Antônia Costa Araújo (Marilândia),
27 Aryelle Silva Conceição (Tupirama), Augusto da Silva Costa (Juarina), Aurenilde
28 Araújo Gama da Silva (Talismã), Bruna Marques Cerqueira (Novo Jardim), Bruno
29 Chaves Leal (São Bento do Tocantins), Camila Magalhães (Tocantínia), Carmelia de
30 Sena Rodrigues (Natividade), Carmem Lucia Botelho (Dois Irmãos), Carmina Martins
31 de Sousa Rocha (Filadélfia Tocantins), Cassia da Silva Paraíso Rodrigues (São
32 Bento), Cheiliane Batista Mendes (Pindorama), Cileide Nunes da Silva (Porto Alegre),
33 Clara Suely Barbosa Santos Barros (Dueré), Cristiana de Souza Silva Dias
34 (Combinado), Cristiane Carvalho da Luz (Cristalândia), Dailane Silva Rodrigues
35 (Pindorama), Dayanne Rocha da Costa (Santa Rita), Desamar Brito Carvalho (Santa
36 Tereza), Deusivan Sousa dos Santos Oliveira (Angico), Diana Machado Alves (Pedro
37 Afonso), Douranice Fernandes de Sousa (Pindorama), Edilane Gomes Belem (Dois
38 Irmãos), Edinaldo Borges Dias Carneiro (Pium), Ednalva Silva Carvalho (Piraquê),
39 Edivania Neres Gontijo (Combinado), Elanne Pereira Wanderley, Eleuza Maria
40 Ferreira (Couto Magalhães), Eliane Marinho Moreira da Silva (Novo Acordo),
41 Elizabeth R. Rocha Garcez (São Félix), Elizete Maria de Jesus (Dianópolis), Elma
42 Moisés David (Colinas), Emiliana Oliveira Mesquita (Araguacema), Ercirlene Alves
43 Pereira (Tupiratis), Erinete Altamira Silva Oliveira (Santa Fé do Araguaia), Estefania
44 Rodrigues da Silva (Arapoema), Galileia Cavalcante Mendes (Itaguatis), Geraldina
45 Maria de Santana Castro (Lavandeira), Hayllane Barbosa Miranda (São Félix), Iara
46 Gomes Bezerra (Aguarnópolis), Inácia Rosa de Souza Neta (Talismã), Iris Martins
47 (Abreulândia), Ivonilde Gomes Portel da Cunha (Buriti), Jacira Ferreira dos Santos

**SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS- CIB/TO.**

48 (Pindorama), Janaína de Almeida Ferreira (São Bento), Joelma Lira de Oliveira Pugas
49 (São Felix), Joscilene Cardoso de Sousa Xavier (Almas), Josefa Sousa (Nova
50 Rosalandia), Josilene Nunes de Carvalho (Ipueiras), Joyce de Almeida Mendes
51 (Combinado), Juliano Teixeira Mendes (Oliveira de Fatima), Jussara Farias Nunes
52 (Mateiros), Léia Vaz Dias (Abreulandia), Luciana Lustosa Carvalho (Lizada), Luciene
53 Coelho Pereira Ribeiro (Barrolandia), Lucileide Tavares Vieira de Brito
54 (Babaçulândia), Lucivania Rocha Pereira Lopes (Itaporã), Ludielle da Silva (Tabocão),
55 Luiza Maranhão Sousa Bento (Filadélfia), Luzilene Marques de Carvalho (Novo
56 Jardim), Magnolia Vieira Silva (Riachinho), Márcia Cristina de Castro (Figueirópolis),
57 Márcia Cristina Martins Pereira de Souza (Paranã), Maria Aparecida Coelho de
58 Oliveira (Rio dos Bois), Maria Aparecida Matos Aguiar (Babaçulândia), Maria da
59 Consolação Ribeiro Fonseca (São Bento do Tocantins), Maria da Solidade Soares
60 Brito (Centenário), Maria das Virgens Silva Figueiredo (Augustinópolis), Maria do
61 Socorro Ferreira Sousa Lima (Juarina), Maria Jose Silva Leite (Gurupi), Maria Maiza
62 Alves Dias (Riachinho), Maria Sandra de Novais Da Silva Gomes (Porto Alegre),
63 Maria Sandra de Novais da Silva Gomes (Porto Alegre), Marilene Rodrigues Neres
64 (Formoso do Araguaia), Marília Goulart de Carvalho (Tocantinópolis), Marinalva
65 Gomes Barros Veloso (Aparecida do Rio Negro), Marisneide da Conceição Silva
66 Moura (Itaporã do Tocantins), Marisneide da Conceição Silva Moura (Itaporã do
67 Tocantins), Marlene Brito Cerqueira Queiroz (Cariri do Tocantins), Marta Camila
68 Xavier de Sousa (Ananás), Millena Costa Barbosa (Pindorama), Missiana de Jesus
69 Costa Bandeira (Carrasco Bonito), Neuma Ângela Sousa Conceição (Tupirama),
70 Augusto da Silva Costa (Juarina), Aurenilde Araújo Gama da Silva (Talismã), Bruna
71 Marques Cerqueira (Novo Jardim), Bruno Chaves Leal (São Bento), Camila
72 Magalhães (Tocantínia), Carmelia de Sena Rodrigues (Natividade), Carmem Lucia
73 Botelho (Dois Irmãos), Carmina Martins de Sousa Rocha (Filadélfia), Cassia da Silva
74 Paraíso Rodrigues (São Bento do Tocantins), Cheiliane Batista Mendes (Pindorama),
75 Cileide Nunes da Silva (Porto Alegre), Clara Suely Barbosa Santos Barros (Dueré),
76 Cristiana de Souza Silva Dias (Combinado), Cristiane Carvalho (Lizada), Odeisa
77 Ribeiro dos Santos (Aguianópolis), Pâmela Caroline Lima Silva (Ponte Alta do Bom
78 Jesus), Patrícia Santos Corrêa (Centenário), Pauliane Alves (Juarina), Raquel Pereira
79 Araújo Damasceno, Rita Pereira de Sousa (Divinópolis), Rosângela Maria da Silva
80 Dourado (Ponte Alta do Bom Jesus), Rosangela Mendes Maciel (Figueirópolis),
81 Rosivania Freitas Teixeira (Itacaja), Sallana Ribeiro Dias (Miracema), Sandra Alencar
82 de Sousa Mendes (Itaporã), Shirley Rosane de Santana (Pindorama), Sylvania
83 Barbosa (Palmas), Silvana Batista Figueiredo (Paranã), Sylvania Cruz da Silva
84 (Bandeirantes), Sylvania Rodrigues dos Santos (Gurupi), Solange Araújo da Silva
85 (Nova Olinda), Sonete Cardoso Pereira Azevedo (Conceição), Sônia Maria Miranda
86 Rêgo (Porto Nacional), Suellem Rezende, Ivonete Monteiro (Araguatins-TO), Suzane
87 Almeida de Alencar (Rio da Conceição), Tânia Alves Ferreira Brasil (Couto
88 Magalhães), Tânia Maria Ribeiro Soares de Sousa (Lagoa da Confusão), Valdinei
89 Orione Torres da Silva (Nazaré), Valdineia Jorge Lima (Pium), Valéria Maria Ferreira
90 de Sousa (Praia Norte), Vanderly Ferreira Conceição (Tocantinópolis), Vanessa
91 Belarmino Lopes (Santa Terezinha), Vanessa Roberta Dias Medeiros (Recursolândia),
92 Vera Carla Barbosa da Silva (Recursolândia), Verciária Alves de Sousa Silva
93 (Babaçulândia), Wahatina Mota Silva (Palmas), Yarle Micaela Lourenço Borges (São
94 Félix), Zenaide Sinhá Pessoa (Darcinópolis). A coordenadora da CIB, Sueli Abreu,

**SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS- CIB/TO.**

95 deu boas vindas aos presentes e iniciou a reunião com a leitura da pauta que foi
96 aprovada pela plenária, com os seguintes Informes e pontos de Pauta. 1.1 DSUAS;
97 1.2 Gerência de Proteção Social Básica, Bolsa Família e Benefícios; 1.2.1 Serviços;
98 1.2.2 Cadastro Único 1.2.3 Setor de Benefícios; 1.2.4 Programa Criança Feliz.
99 Pontos de Pauta: 2.1 Justificativas de ausência de membros na 137ª reunião ordinária
100 da CIB; 2.2. Esclarecimento sobre o Programa Força Mulher; 2.3 Retornos das
101 reuniões da CIB de forma presencial; Atendimentos presenciais na SETAS;
102 Orientação sobre o Demonstrativo Sintético - Se possível presencial; 2.4
103 Regulamentação do Programa Auxílio Brasil; 2.5 Utilização e prestação de contas do
104 confinamento dos Benefícios Eventuais; 2.6 Pacto Nacional de Implementação
105 dos Direitos da Pessoa Idosa – Adesão. Na sequência, procedeu-se com os
106 seguintes informes: Halana Santos Diretora do SUAS e Programas Especiais,
107 municipais sobre a responsabilidade das equipes de referência dos CRAS com as
108 ofertas e referencia mento dos serviços socioassistenciais, principalmente com a
109 oferta do PAIF, que a responsabilidade da equipe com o Programa força mulher deve
110 está ligada com as ações do PAIF e não deixar de ofertar o serviço para ofertar o
111 programa. Enfatizou que os equipamentos não devem fechar que os serviços são
112 contínuos, falou ainda da importância do planejamento para a execução dos
113 serviços, que os gestores devem estar atentos, pois em caso de fiscalização pelos
114 órgãos de controle o intervalo de tempo que não for comprovada a execução dos
115 serviços será necessário realizar a devolução dos recursos. Informou ainda que a
116 SETAS foi notificada pelo Ministério Público para apresentar todos as ações
117 realizadas para os municípios no período de 2020 e 2021 no contexto da pandemia,
118 quais municípios e técnicos que participaram, ressaltando a importância da
119 colaboração dos participantes nas ações realizadas pela SETAS principalmente no
120 processo de inscrição de acordo com o perfil solicitado. Esclareceu que os
121 participantes da capacitação do Plano de Ação do CRAS e da Gestão sem inscrição
122 não irão receber certificados. A diretora acrescentou que toda equipe tem ciência das
123 dificuldades de participar das reuniões online e das capacitações, cientes das
124 reivindicações dessas demandas, porém, está sendo planejado o retorno do
125 atendimento presencial na SETAS e das reuniões da CIB, ressaltou que os desafios
126 trazidos pela pandemia são inúmeros, porém a equipe tem tentado realizar apoio aos
127 municípios dentro do possível. Raiza Regina Moura Ramos Gerente da Gerência de
128 Proteção Social Básica, Bolsa Família e Benefícios, Informou que os kits de
129 orientação técnica com camisetas e cadernos de orientação técnica para os CRAS
130 foram entregues para os 139 municípios nos 152 CRAS, porém alguns técnicos de
131 referência tem informado que não tiveram acesso ao material. Sueli Abreu,
132 coordenadora da CIB, reforçou a importância dos kits chegarem até as equipes para
133 estudo, assim poderá contribuir efetivamente no aperfeiçoamento das equipes e
134 consequentemente nas ofertas mais qualificadas aos usuários da política de
135 assistência social. Aurora Moraes, Assistente Social da Proteção Social Básica, fez
136 uma avaliação da Capacitação Sobre a Elaboração do Plano de Ação da Gestão e do
137 CRAS 2022. Foram recebidas 226 inscrições, deste total: 30 secretários inscritos, 25
138 participaram, técnicos da gestão 26, coordenadores dos CRAS 91, técnicos de
139 referência dos CRAS 55, não se inscreveram e participaram 38, reforçou a
140 necessidade de seguir os critérios de participação nos eventos. Maria Nagila Praigida
141 Assistente Social do Cadastro Único, informou que as capacitações regionalizadas

**SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS- CIB/TO.**

dos formulários do Cadúnico, está acontecendo no polo de Gurupi nesta semana e ainda tem vagas no polo de Natividade, reforçou a necessidade dos participantes chegarem no dia anterior para não comprometer o conteúdo das aulas que iniciam às 8h e o retorno deverá ser no dia seguinte ao término da capacitação. Iralde Teixeira Assistente Social do Setor de Benefícios, informou que do total de 139 municípios, 136 fizeram adesão ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais no Estado de 2017 até 2021, já receberam o repasse 106 municípios, 11 municípios estão aguardando o repasse que está sendo organizado, 2 municípios se encontram com pendência na legislação, necessário que estes municípios entre em contato com o Setor de Benefícios da SETAS para regularizar a situação. 12 municípios com pendência na prestação de contas de acordo com a portaria 267. Joelma Santiago técnica do Programa Criança Feliz, informou que a Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância encerrou as novas adesões e ampliações de metas ao Programa Criança Feliz, mesmo que de acordo com a portaria Portaria MC Nº 683, de 13 de outubro de 2021 o prazo seria até dia 31/12/2021, porém, devido a disponibilidade orçamentária do governo federal para novas adesões e ampliação de metas. Dessa forma, considerando a disponibilidade financeira para essa primeira etapa, o ministério já alcançou a meta prevista. A orientação da equipe nacional é que aguardem a próxima abertura do aceite. Na sequência, a coordenadora da CIB passou aos Pontos de Pauta: 2.1. Justificativa de ausência de membro da 137ª reunião ordinária da CIB, Francisca Lúcia secretária executiva da CIB fez a leitura das justificativas dos seguintes membros: Lilian Praigida Feitosa, Régina Mercês Aires Rodrigues Dias, Rosamelia Ramos da Silva. 2.2. Halana Santos, Diretora do SUAS e Programas Especiais, informou que a equipe recebeu inúmeros questionamentos das equipes de CRAS sobre a responsabilidade das mesmas com a execução do Programa, como também a pressão dos consultores para alcance das metas do programa. Que esteve no SEBRAE para obter informações sobre o Programa Força Mulher e realizar alinhamento para que o programa não comprometa a oferta e referencialmente dos serviços socioassistenciais. Luciana Retes, coordenadora estadual do Programa Força Mulher/SEBRAE, fez a apresentação do Programa Força Mulher que tem como objetivo resgatar a dignidade dos indivíduos e suas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade, fomentar o empreendedorismo para a conquista do trabalho e renda, fortalecendo a economia local. Esse projeto conta com a parceria do SEBRAE, SENAC e SENAI, já possui 97 adesões, 143 turmas formadas e 1430 mulheres atendidas. Ressaltou que a mulher que tiver interesse em participar, é necessário fazer o cadastro no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do seu município, que os requisitos para participar são: está no Cadastro Único, Mulheres beneficiária do Programa Bolsa família, maiores de 18 anos e com ensino fundamental incompleto. Serão oferecidos cursos na área da beleza, gastronomia, eventos, construção civil, elétrica dentre outros. Falou ainda que a pandemia tem deixado um rastro de desemprego e informalidade e que as pessoas precisam de mais preparo para o trabalho e mais estímulo para inovar. Na sequência, Halana Santos esclareceu que não é da responsabilidade da equipe de CRAS operacionalizar o Programa Força Mulher, que deve ser contratada equipe para realizar os cursos e está à frente da programação do projeto Força Mulher, que é o empréstimo do espaço físico do CRAS para a realização dos curso é permitida, desde que não haja interferência na oferta do PAIF. Na oportunidade, Deusivan

**SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS- CIB/TO.**

189 Sousa, Secretária de Assistência Social do município de Angico, ressaltou a
190 importância do programa, mas sobrecarrega a equipe de CRAS comprometendo
191 assim a oferta dos serviços. 2.3. Patrícia Rodrigues do Amaral Secretária de
192 Assistência Social do município de Palmas enfatizou sobre a necessidade do retorno
193 do atendimento presencial na SETAS, e nas reunião ordinária da CIB, os municípios
194 se encontram com grande dificuldade nessa troca de informação, ao retornar às
195 reuniões presenciais fará com que os trabalho tenha êxito nos seus resultados.
196 Halana Santos Diretora do SUAS, informou que a secretaria está tomando devidas
197 providências para as reuniões ordinárias e os cursos de capacitação serem realizados
198 de forma presencial no ano de 2022. 2.4. Maria Nagila Assistente Social do Cadastro
199 Único e Bolsa Família, fez explanação sobre o Programa Auxílio Brasil, programa
200 criado em substituição ao Programa Bolsa Família, de acordo com a Medida
201 Provisória 1.061 de 09 de Agosto de 2021, ainda em tramitação no Congresso
202 Nacional. Transição do Programa Bolsa Família para o Programa Auxílio Brasil,
203 regulamentado pelo Decreto 10.852 de 08 de Novembro de 2021. de forma
204 automática por meio dos sistemas do governo federal. Que o perfil são Família
205 inscritas no Cadastro Único, com cadastro atualizado nos últimos 24 meses, que se
206 enquadrem em um dos perfil de extrema pobreza famílias com renda per capita de R\$
207 0,00 até R\$ 100,00, pobreza famílias com renda per capita entre R\$ 100,01 e R\$
208 200,00. Os critérios para o cumprimento de condicionalidades, frequência escolar
209 mensal mínima de sessenta por cento para os beneficiários de quatro e cinco anos de
210 idade. Para o cumprimento de condicionalidades os critérios é a observância ao
211 calendário nacional de vacinação instituído pelo Ministério da Saúde e
212 acompanhamento do estado nutricional dos beneficiários que tenham até sete anos
213 de idade incompletos, pré-natal para as gestantes. Para fins de transição do
214 Programa Bolsa Família para o Programa Auxílio Brasil, as famílias atendidas pelo
215 Programa Bolsa Família no mês anterior à sua extinção serão migradas para o
216 Programa Auxílio Brasil. Para fins da migração, fica afastada a obrigatoriedade de
217 atualização cadastral das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. As regra
218 de emancipação desligamento voluntário, a família beneficiária que for desligada do
219 Programa Auxílio Brasil, de acordo com manifestação de vontade ou em decorrência
220 do encerramento do período estabelecido pela regra de emancipação, retornará ao
221 programa com prioridade, caso volte a atender aos requisitos estabelecidos para o
222 recebimento dos benefícios financeiros. A reversão de cancelamento de benefícios
223 em decorrência de desligamento voluntário ou em decorrência do encerramento do
224 período estabelecido pela regra de emancipação não ensejará o pagamento de
225 qualquer parcela retroativa de benefícios financeiros do Programa Auxílio Brasil. 2.5.
226 Iralde Teixeira Assistente Social do Setor de Benefícios, fez uma explanação dos
227 Benefícios Eventuais no SUAS. Os Benefícios Eventuais são benefícios da Política de
228 Assistência Social, de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às
229 famílias em situação de vulnerabilidade em virtude de: nascimento, morte, situações
230 de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, são assegurados por lei, Art.
231 22 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social -
232 LOAS, alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, e integram organicamente
233 as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. De acordo com a
234 LOAS estão previstas quatro modalidades de Benefícios Eventuais, Nascimento,
235 Benefício Natalidade, para atender preferencialmente, necessidades do bebê que vai

**SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS- CIB/TO.**

236 nascer; Apoio à mãe, nos casos em que o bebê nasce morto ou morre logo após o
237 nascimento, apoio à família no caso de morte da mãe, Benefício Funeral, para
238 atender preferencialmente, despesas de situação de morte. Vulnerabilidade
239 Temporária para o enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos à
240 integridade da pessoa ou de sua família. Pontos essenciais para a regulamentação
241 dos Benefícios Eventuais no município. É importante pontuar que, o Conselho
242 Nacional de Assistência Social (CNAS) por meio da Resolução nº 212, de 19 de
243 outubro de 2006 e a União (por meio do Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de
244 2007, estabeleceram critérios orientadores para a regulamentação e provisão de
245 Benefícios Eventuais no âmbito da política pública de assistência social pelos
246 municípios, estados e Distrito Federal. Tais diretrizes visam orientar os municípios e o
247 Distrito Federal no cumprimento de suas responsabilidades de efetivar a prestação
248 dos Benefícios Eventuais de modo a promover o adequado atendimento das
249 demandas identificadas. Ressaltou a importância dos municípios observarem
250 resolução nº 39/CNAS, de 09 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o processo de
251 reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social
252 em relação à Política de Saúde, o Art. 1º que traz provisões da Política de Assistência
253 Social os itens referentes a órteses e próteses, cadeiras de roda, muletas, óculos,
254 leites, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm
255 necessidade de uso e outros itens inerentes à área de saúde. Esta Resolução propõe
256 aos municípios o reordenamento dos Benefícios Eventuais à luz das diretrizes
257 nacionais. O Governo do Estado do Tocantins, por meio da Secretaria do Trabalho e
258 Desenvolvimento Social - SETAS, órgão gestor da Política Estadual de Assistência
259 Social, considerando o inciso I do art. 13 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993,
260 Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, no que compete ao Estado destinar
261 recursos financeiros aos municípios, a título de coparticipação no custeio do
262 pagamento dos Benefícios Eventuais, mediante critérios estabelecidos pela Comissão
263 Intergestores Bipartite - CIB e aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência
264 Social- CEAS, vem realizando desde o ano de 2017 o repasse do recurso referente
265 ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais aos municípios que estão com a
266 legislação atualizada. Dos 139 municípios, 133 aderiram ao cofinanciamento
267 estadual dos Benefícios Eventuais, no período de 2017 a 2021. O governo continua
268 em processo de repasse do recurso do financiamento aos municípios, através da
269 SETAS, considerando o inciso I do Art. 13 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de
270 1993, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS,. Os municípios que receberem o
271 repasse financeiro nos termos da Portaria 267 de 20 de dezembro de 2020 obrigam
272 se a prestar contas a SETAS dos recursos recebidos anualmente, após o
273 encerramento de cada exercício em 31/12, conforme anexo III, juntamente com os
274 extratos mensais da conta corrente e investimento do ano corrente e deverá ser
275 encaminhado até o dia 10 de janeiro. Na sequência. Wantina Mota, técnica da
276 Gerência de Planejamento e Convênios, Fez orientação sobre a prestação de contas
277 do cofinanciamento dos Benefícios Eventuais Piso Tocantinense de Assistência
278 Social-PTAS, informou que o formulário está disponível no site da SETAS no
279 endereço, <https://www.to.gov.br/setas/cofinanciamento.estadualdosbeneficieventuais/4nwlhm24vmppm>, Portaria 267/2020. Ressaltou que o recurso deve ser gasto
280 apenas com Benefícios Eventuais, fez orientações gerais sobre o procedimento da
281 prestação de contas como: identificação do nome da prefeitura e nome completo da
282

**SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS- CIB/TO.**

secretaria e secretário de assistência social. Considerar o extrato bancário para analisar as despesas, a prestação de contas é referente apenas ao valor repassado pelo estado aos municípios destinados aos Benefícios Eventuais. o saldo em 31/12/2021 deverá ser reprogramado para 2022, dar um visto no formulário, assinar e carimbar o resumo financeiro e encaminhar juntamente com os extratos de 2021. Em caso de pagamento de tarifa bancária, regularizar ainda dentro do exercício, devolver com recurso próprio para a conta dos benefícios eventuais. 2.6. Neila Barbosa, Coordenadora da Universidade da Maturidade - UMA/UFT, fez apresentação sobre o Pacto Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, Projeto pedagógico voltado para a melhoria da qualidade de vida da pessoa adulta, idosa, visa a integração dos mesmo com os alunos de graduação, a identidade e o papel e responsabilidade da universidade em relação a pessoa da terceira idade, no atendimento ao envelhecimento, educação a saúde, cultura e lazer. Esse projeto já se encontra implantado em algumas cidades do estado como: Araguaína, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional. Ressaltou que o objetivo é assumir um cronograma formal para a implantação de políticas públicas de defesa dos direitos da pessoa idosa, ampliar o número de conselhos dos direitos das pessoas idosas, reduzir o índice de violência criar fundo estadual e municipal do idoso. Esclareceu sobre o que consiste o PNDPI, formalização do compromisso entre a secretaria nacional dos direitos da pessoa idosa e o governo estadual e ou municipal mediante a assinatura de acordo de cooperação técnica ACT. Na sequência, Fernando Nunes Assessor de Projetos da UMA/UFT, realizou orientação sobre a adesão no sistema. Nada mais a ser tratado a reunião foi encerrada às 13h. Eu, Francisca Lúcia da Silva Rodrigues, secretária executiva da CIB e Andreia Bueno, apoio técnico da secretaria executiva, digitamos a presente ata que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos membros presentes. Francisca Lúcia da Silva Rodrigues (CIB)

Sueli Tavares de Abreu Coordenadora da (CIB)

Jose Messias Alves de Araújo (SETAS)

Halana Santos da Silva Magalhães (SETAS)

Joelma Pereira Santiago Coelho (SETAS)

Rosinalva da Silva Alves (SETAS)

Raiza Moura Ramos (SETAS)

Carmem Lúcia Kothe Vendramini (SETAS)

Maria Nagila Praigida (SETAS)

Maria Amélia Brito Araújo (SETAS)

Canilda Evangelista da Cruz (SETAS)

Patrícia Rodrigues (COEGEMAS)

Deusivan Sousa dos Santos (COEGEMAS)

Ana Paula Ribeiro de Andrade Oliveira (COEGEMAS)

Levi Lopes Gomes (COEGEMAS)

Debora Francisca Dutra (COEGEMAS)

Sureia Araújo da Silva Moraes (COEGEMAS)

Edna Maria Braz Gomes de Almeida (COEGEMAS)